

Grupos de trabalho iniciam suas atividades

Professores, estudantes e funcionários começaram a discutir nesta semana a resolução 65/78, que regula os contratos docentes, e possíveis medidas emergenciais para solucionar o déficit de caixa da PUC. Os grupos de trabalho foram propostos pela reitora Maura Vêras, em sua primeira reunião com a comunidade, no dia 15/12. Ainda existe a proposta de um grupo de trabalho para reestudar as mensalidades, porém ainda sem data marcada.

Os grupos são compostos por integrantes dos quatro conselhos superiores da universidade, mais a APROPUC, AFAPUC e Conselho de Centros Acadêmicos. A presença nas reuniões é aberta a qualquer membro da comunidade.

A APROPUC está participando somente da comissão que discute a deliberação 65/78. Em assembléia os professores decidiram que a participação da entidade deveria ter como eixo a defesa das conquistas trabalhistas dos professores, não aceitando que a crise financeira da universidade seja descarregada sobre os trabalhadores.

Como não poderia deixar de ser, as primeiras reuniões detiveram-se em levantamentos da situação da universidade e expectativas dos participantes de cada grupo. Nesta edição do *PUCviva* divulgamos as primeiras atividades dos grupos de trabalho.



FOTOS DE ALCIA PERES

FESTA

Mais uma vez os funcionários administrativos encerraram o ano com muita festa. A confraternização organizada pela AFA-PUC teve a presença maciça dos associados da entidade, que comemoraram durante toda a tarde e início de noite do dia 23/12 mais um ano de muita luta dos trabalhadores da universidade.

A cobertura fotográfica do evento está nas páginas internas desta edição do PUCviva.



O grupo de capoeira N'golo mostrou uma de suas coreografias

Direito ao estudo

No momento em que o governo divulga que 400 mil estudantes do ensino público se inscreveram às vagas do ProUni, dos quais foram selecionados pouco mais de 100 mil e que 16 mil vagas não foram preenchidas porque os estudantes não têm como pagar meia bolsa, na PUC, dezenas de jovens dos cursinhos populares reivindicam da Reitoria anistia à taxa de matrícula.

Criticamos e rejeitamos o ProUni por favorecer os empresários e fortalecer o mercantilismo da educação. As Universidades consideradas comunitárias e filantrópicas tiveram suas bolsas, subsidiadas pelo governo, transformadas em ProUni. Ocorre que uma parcela da juventude pobre que passa no funil do vestibular não tem como concorrer à bolsa porque não possui 900 reais para pagar a taxa de matrícula. São automaticamente excluídos de um processo que por si só demonstra que à esmagadora maioria dos jovens é vedado o direito aos estudos.

A inscrição de 400 mil no ProUni mostra que a aspiração aos estudos universitários é ampla entre os estudantes que conseguem passar pelo ensino médio. No entanto, 300 mil são cortados do ProUni pelo critério da avaliação governamental. Trata-se de um vestibular do ProUni, como todo vestibular que serve para marginalizar a maioria do direito ao ensino universitário.

Evidentemente, o problema da exclusão começa pelo ensino médio. Os milhões que têm sua vida escolar cortada a partir do grau fundamental são filhos de operários, de camponeses, de subempregados e desempregados.

O capitalismo submete-os a toda sorte de males. São oprimidos material e espiritualmente.

Tanto se fala na necessidade de qualificação crescente e de elevação cultural da população trabalhadora. Mas as condições para isso são sistematicamente negadas à maioria.

O que está ocorrendo com os estudantes que não conseguem pagar a taxa de matrícula da PUC é uma amostra da grave situação. Depois da seleção formal do vestibular, vem a principal seleção – a do dinheiro. Tudo se baseia nessa seleção. Não podendo se matricular, não poderão concorrer à bolsa do ProUni.

Com a situação de desemprego, os empregadores exigem mais “qualificação”. A juventude sente na pele a justificativa de que não tem qualificação, sem compreender que o capitalismo desemprega e impossibilita a maioria de elevar-se culturalmente pelo processo escolar.

Tais contradições obrigam a juventude a lutar pelo direito ao estudo. A defesa do ensino público, gratuito, científico, ligado à produção social e fim do ensino mercantil está colocada para os trabalhadores.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

Entidades definem temas para a semana de recepção

APROPUC, AFAPUC E CCA levarão seus representantes para apresentar as entidades e debater temas relevantes com os calouros na semana de recepção. A atividade faz parte da programação de recepção dos calouros da PUC e deve ocorrer na quarta-feira, 16/2, nos

períodos da manhã e da noite.

Os temas da discussão são o Ensino Superior no Brasil, a situação da PUC-SP, e Reforma Universitária, e visam introduzir o aluno nas questões fundamentais do cenário político e social da universidade.

Restaurante terá cinco fornecedores

Reunidos na quinta-feira, 13/1, professores funcionários e alunos que integram a comissão técnica para discussão da concessão do Restaurante Universitário, ouviram a proposta da Reitoria para a nova licitação. Segundo o professor Paulo Roberto Moreira, assessor da vice-reitoria comunitária e coordenador da comissão, os problemas enfrentados pela universidade com o antigo locatário, a empresa Urso Polar, levaram a Reitoria a formular uma nova proposta onde o espaço será dividido entre cinco locatários: o principal deles cuidaria das refeições (bandeirão e kilo), os outros ocupariam quiosques que teriam a função de lanchone-

te, café, pizzaria, e venda de sanduíches naturais.

A comissão discutiu neste primeiro momento alguns detalhes técnicos que a proposta implicaria. O representante dos funcionários Luiz Cláudio Amaral mostrou sua preocupação com a concessão dos tíquetes para funcionários que vinham sendo aproveitados de maneira irregular pelos antigos proprietários.

A vice-reitoria comunitária deverá entregar aos membros da comissão o texto proposto para a licitação, bem como o layout das novas instalações. As reuniões da comissão serão em ritmo intensivo, duas vezes por semana, às 2^{as} e 4^{as} feiras.

13° e restante do salário ainda sem data

No dia 14/1, sexta-feira, a Reitoria creditou mais 25% dos salários dos professores referentes ao mês de dezembro. Porém, até o fecha-

mento desta edição, não havia previsão para o pagamento do restante do 13° e dos 25% finais dos salários dos docentes.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera.

Reportagem: Ébano Piacentini. Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: apropuc@sanet.com.br. Telefone da Afapuc: 3670-8208. Endereço do PUCviva: Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA.02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

Funcionários fazem a festa



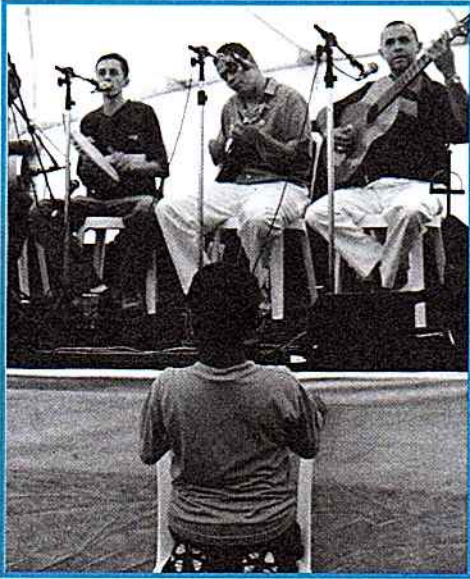
Foram mais de oito horas onde os funcionários deixaram a rotina e caíram na dança



Elegante e bem-humorada a reitora esqueceu a crise da universidade e participou da festa



A alegria foi ampla, geral e irrestrita



O som estava garantido com o samba de qualidade do Gato Escaldado (esq.), o forró do grupo Boramaiseu (dir) e o bom gosto do DJ Marcão (destaque)



O presidente Anselmo Antonio da Silva, como sempre, bem acompanhado



Sobrou alegria e cerveja



A alegre presença da criançada



O carinho dos funcionários com Dona Maria

Grupo de trabalho inicia estudos sobre a deliberação 65/78

Reunidos na terça-feira, 11/01, representantes dos quatro conselhos superiores da universidade, APRO-PUC, AFAPUC e Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), iniciaram as atividades do Grupo de Trabalho que discute a Deliberação 65/78, que regula os contratos docentes.

A professora Sônia Iglioni, que coordenou interinamente os trabalhos na ausência da professora Neuza Maria Bastos, relatou as expectativas da Reitoria em relação a este grupo de trabalho. Para ela o grupo deverá fazer uma análise de como a deliberação 65/78 poderá ser otimizada no curto prazo e discutir uma nova proposta para os contratos dos professores

O caráter do Grupo de Trabalho é consultivo, e entre as suas tarefas a professora Sônia espera estar incluída uma discussão da nova ficha cadastral, que já estará à disposição dos professores a partir de 18/01. A nova ficha deverá, segundo a coordenadora, preencher algumas lacunas que não eram solicitadas pelo antigo sistema. Algumas informações adicionais como preenchimento do currículo Lates e detalhamento de outras atividades docentes deverão ser respondidas pelo professor.

Expectativas

Numa primeira rodada, os integrantes do GT expuseram suas expectativas quanto às possíveis mudanças nos contratos docentes. De um modo geral os participantes acharam excessivo o prazo de um ano previsto pela Reitoria para a conclusão dos trabalhos. A coordenadora argumentou, porém, que este seria o prazo máximo, não impedindo que o relatório final seja concluído antes deste prazo.

O professor Edison Nunes, representante do Consun, analisou os impactos que a deliberação tem na situação atual da PUC e lembrou

também que a 65/78 representa, na prática, a aplicação de um contrato de hora/aula disfarçado. Representando a APROPUC, a professora Sandra Sanchez lembrou que "resolver problemas financeiros da PUC através da readequação da 65/78 é inviável pois a crise da universidade é muito mais complexa." Esse ponto de vista também foi externado por funcionários e estudantes: o aluno Felipe Nogueira, do curso de Direito, lembrou que a quantidade excessiva de orientandos dos professores do pós em Direito

tem levado a avaliações negativas do programa.

Todos os participantes queixaram-se da falta de uma documentação que trate com mais profundidade o tema. Assim, a professora Sônia ficou encarregada de pesquisar e entregar aos integrantes do GT documentos referentes à discussão da deliberação 65/78. Uma nova reunião foi agendada para o dia 26/01, quarta-feira, quando, de posse destes documentos, o grupo deverá definir um cronograma para os trabalhos.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Entre as sugestões, suspensão de concursos e quinquênios

Na quinta-feira, 13/1, sob a coordenação do vice-reitor administrativo Flavio Saraiva, reuniu-se o grupo de trabalho encarregado de discutir medidas emergenciais para a crise da universidade. Várias idéias foram propostas, mas as que suscitaram maior discussão foram as formuladas pelos professores Adhemar de Caroli e Nicolás Nuñez, ambos da FEA. O primeiro propunha uma suspensão temporária dos concursos e da concessão dos adicionais por tempo de serviço, os quinquênios, como forma de sustar o chamado crescimento vegetativo da folha de pagamento. Já o professor Nicolás foi mais além, propondo a suspensão do pagamento de quinquênios a professores e funcionários, o que provocaria uma economia de R\$2,7 milhões na folha de pagamento, capaz de cobrir o déficit mensal da PUC.

O funcionário Costabile Matarazzo Neto, da CGE e diretor da AFAPUC, lembrou que as decisões tomadas naquele fórum deveriam ser antes discutidas com as associações, uma vez que envolvem direitos estabelecidos em

acordo interno. O professor Flávio concordou com isto, lembrando também que o grupo de trabalho tem um caráter consultivo e que as propostas serão formuladas pela Reitoria e enviadas ao Consun. Vale a pena lembrar que, durante a campanha eleitoral a professora Maura Vêras afirmou que não mexeria com direitos adquiridos de professores e funcionários.

A reunião serviu também para que o professor Flávio expusesse o que a vice-reitoria administrativa vem realizando para a solução da crise da PUC. Segundo o professor estão bem encaminhadas, duas grandes negociações com o Bradesco e com o Banco Real que encampariam as dívidas da PUC, o que possibilitaria uma economia mensal de R\$ 600 mil. Porém, como o déficit mensal é da ordem de R\$ 2,5 milhões, outras medidas teriam que ser tomadas para sanar a crise.

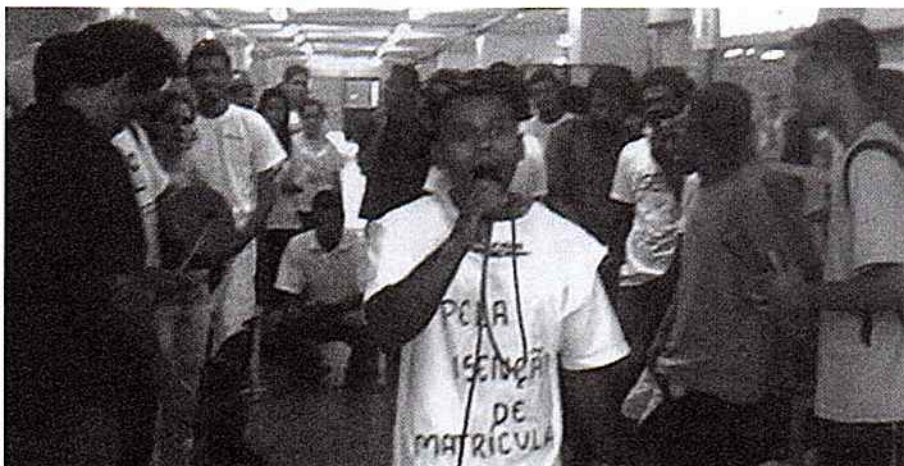
Na próxima reunião do grupo de trabalho, dia 28/01, deverão ser levantados os valores relativos à economia que cada proposta pode realizar, bem como as implicações jurídicas de cada uma delas.

Reitoria propõe três parcelas, estudantes querem isenção da matrícula

No dia 6/1, último dia de matrícula da primeira chamada do vestibular, estudantes da PUC e de cursinhos populares, representantes de CAs da PUC e do Movimento dos Cursinhos Populares fizeram um ato na PUC, em que se acorren-taram no local da matrícula “para reivindicar a filantropia que a PUC diz praticar”, segundo o professor de cursinho popular, estudante da PUC e membro da gestão Palmares do Cacs Leandro da Cruz Silva.

Os estudantes pediam a isenção da taxa de matrícula para 18 alunos oriundos de cursinhos populares aprovados no vestibular. Já em dezembro, na terceira reunião com a Reitoria, em 21/12/2004, eles trouxeram a documentação comprovando a carência financeira de inúmeros estudantes que haviam prestado vestibular na PUC. Segundo Leandro, o vice-reitor comunitário João Décio e sua assessora Silvana Tótora se comprometeram a dar uma resposta antes do período de matrícula, o que não aconteceu.

No dia do ato, com a participação de cerca de cem estudantes, a Reitoria resolveu negociar, e propôs o parcelamento da matrícula dos 18 alunos em três vezes. Os estudantes não gostaram da proposta, mas a aceitaram provisoriamente para garantir a matrícula dos carentes aprovados. Apesar de terem conseguido o dinheiro para pagar a primeira parcela, os estudantes fizeram um segundo ato na quinta 13/1, para protestar e pedir novamente a isenção da matrícula aos 18, já que estes dificilmente conseguirão pagar as demais parcelas. Eles prometem continuar se manifestando até conquistarem a isenção. A luta se estenderá aos alunos convocados nas próximas chamadas.



ANTÔNIO BERNARDO

Representante dos Cursinhos Populares fala sobre exclusão na educação durante a manifestação de 13/1, no subsolo do prédio novo

Carta entregue à vice-reitoria pelos estudantes

Os cursinhos populares são um reflexo das contradições de nosso sistema educacional. Isso se caracteriza pois, após passar cerca de onze anos na escola pública, contando o ensino fundamental e médio, os estudantes são obrigados a prestar o vestibular para ingressar em uma universidade. O processo seletivo serve como um funil e entra em choque com o direito à educação para todos e em todos os níveis. Aquele que vem de uma escola deficitária entra nas piores condições na “disputa” por uma vaga no ensino superior.

Cada vez mais destruída, a escola apresenta um dismantelamento nas condições de aprendizado que se caracteriza pela: falta de espaço físico adequado, salas superlotadas, faltam livros e matérias didáticos, professores recebendo um salário de miséria, alunos com uma renda familiar baixa e um índice grande de violência. Mas é crescente o número de alunos de baixa renda que concluem o ensino médio e querem prestar o vestibular. No entanto, não tendo condições de pagar os chamados cursinhos de mercado procuram os alternativos. Assim, fica claro que os cursinhos populares, como fruto dessas contradições, irão atender na grande maioria os alunos de baixa renda, oriundos de uma escola pública sucateada.

São frequentes nos bairros da periferia, os cursinhos de caráter popular e comunitário que atendem um grande número de alunos que concluem o ensino

médio e querem ir para o ensino superior, mas se chocam com o “funil do vestibular”. Por isso, os cursinhos surgem como alternativa para muitos no sonho de cursar um grau superior. Porém, somente compreendendo que é produto da contradição entre o direito à educação e o vestibular, com a agravante do sucateamento da educação, que os cursinhos poderão lutar pelo acesso e democratização do ensino superior que se choca com o sistema capitalista. Essa luta vai ao encontro da luta pelo fim do vestibular e pela universidade pública e gratuita para todos. Lutamos pelo direito ao ensino superior a todos e não apenas para uma camada da classe média e da burguesia.

Nessa perspectiva, a partir de muita discussão e com uma grande procura de alunos de cursinhos de diversas regiões, criamos uma comissão na PUC-SP para lutar pela matrícula e manutenção desses estudantes na universidade. Sabemos como é difícil para o aluno de baixa renda efetuar sua matrícula e se manter nessa universidade, pois não tem condições econômicas para arcar com o valor cobrado. Por isso, através dessa carta aberta entregue à vice-reitoria, pedimos a **ISENÇÃO DA TAXA DE MATRÍCULA E A CONCESSÃO DE BOLSAS DOAÇÃO A ESSES ESTUDANTES.**

Comitê dos Cursinhos Populares

**OBS.: Essa carta foi entregue à vice-reitoria em reunião com os estudantes inadaptáveis e uma comissão dos cursinhos no dia 21 de dezembro de 2004.*